

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONALIZANTE NO RIO GRANDE DO NORTE: PERFIL DA INSERÇÃO DE EGRESSOS DO IFRN NO MERCADO DE TRABALHO

Marcus Vinicius Duarte Sampaio
marcus.sampaio@ifrn.edu.br
UFRN/IFRN
Valdênia Apolinário

Resumo /Resumen

Este trabalho teve como propósito avaliar aspectos da inserção de egressos do IFRN no mercado de trabalho. O foco da pesquisa foram os egressos, no período de 2010 a 2012, dos campi do IFRN em funcionamento. Para definição dos questionamentos efetuou-se a revisão da literatura sobre experiências e metodologias aplicadas na avaliação de egressos. A pesquisa concluiu pela hipótese de escassez de oportunidades profissionais no mercado de trabalho local em determinadas áreas de formação, já que boa parte não se mantém na área de formação profissional obtida e um percentual considerável está fora do mercado de trabalho para qual se formou. Além disto, constatou-se que a formação de qualidade tem contribuído para continuidade dos estudos de parcela considerável de ex-alunos.

Palavras Chaves / Palabras Claves: Educação Profissional, Egressos, Empregabilidade, Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

No Governo Lula, tem-se início ao processo de formulação e de implantação da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) no país. Visando contrapor-se a preocupante realidade do ensino básico, cerceado por carências diversas e problemas de infraestrutura, assim como por causa do déficit existente de mão-de-obra qualificada e com experiência, necessária ao avanço de determinados setores produtivos locais e regionais. É que graças ao reconhecido padrão de qualidade do ensino existente na rede federal de educação profissional e tecnológica, o governo dá ênfase à expansão da educação profissional e tecnológica, como alternativa que se contrapõe a precarização e má qualidade da educação no sistema educacional convencional e público, especialmente, das redes estaduais e municipais de ensino.

Até 2002 existiam 140 unidades de Escolas Técnicas Federais no Brasil. A partir do plano de expansão do Ministério da Educação, no período de 2003 a 2012 foram construídas mais 302 novas unidades e outras 120 unidades estão previstas para 2013 e 2014. No Brasil, ao todo serão 562 campi distribuídos no país nos 38 Institutos Federais existentes, configurando um acentuado processo de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a consequente ampliação da oferta de mão-de-obra qualificada nas mais diversas áreas de formação.

Tendo por objetivo situar o leitor nessa temática, é sabido que, em 2007, com a intenção de fortalecer a educação pública no país, o governo federal baixou o decreto Nº 6.094/07, denominado *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* e o documento intitulado *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas* (PDE). A principal preocupação do PDE, tendo por base as reivindicações e propostas de diversas entidades acadêmicas e sindicais, é a instituição de um sistema nacional de educação capaz de garantir “um padrão unitário de qualidade nas instituições educacionais públicas e privadas em todo o País” (MEC/CONAE, 2010, p. 24).

Em 2008, foi instituída a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) com a promulgação da Lei nº 11.892, em que foi integrado o conjunto de antigas escolas e centros de educação profissional e tecnológica, que, de modo geral, são instituições de reconhecido padrão de qualidade educacional. Assim, essa Lei amplia consideravelmente as prerrogativas das antigas escolas e centros de educação profissional e tecnológica, transformando-os em Institutos Federais, definidos como

instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Os Institutos são equiparados às Universidades Federais para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. No âmbito de sua atuação, os Institutos exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, possuem autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior (BRASIL, 2008).

Pela compreensão do arcabouço jurídico, percebe-se o objetivo claro de se fortalecer o desenvolvimento da educação técnica e profissional no país, concedendo-lhe autonomia e, sobretudo, interiorizando a infraestrutura a partir da criação de diversas unidades educacionais no país. Todavia, a ênfase dada à política de expansão da educação profissional e tecnológica não é, simplesmente, o da formação "pró-mercado", mas tem como enlevo o esforço de promoção do desenvolvimento local por parte do Estado, seja pela importância dada a formação de cidadãos mais críticos e protagonistas da sua realidade, assim como por ter em vista a superação da dualidade histórica que valoriza a formação geral e propedêutica em detrimento da formação mais específica e profissional.

No ano seguinte, marcado pelo centenário da criação das primeiras Escolas de Aprendizes Artífices¹, passa a ocorrer o reordenamento e a transformação – em autarquias de regime especial com a denominação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) – dos 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), das 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDS), das 39 Escolas Agrotécnicas, das 7 Escolas Técnicas Federais e de 8 escolas vinculadas a Universidades.

Enquanto autarquias federais, os Institutos possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, passando a integrar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atualmente composta de 38 Institutos Federais (IFs) multicampi, presentes em todos estados brasileiros, com estruturas pluricurriculares especificamente definidas. Por este prisma, a ampliação das unidades de institutos federais por todo o país "responde à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública permanente de Estado" (IFRN, 2012, p. 26), em que os cursos ofertados procuram se alinhar às estruturas produtivas e inovativas e às

¹ Em 1909, o presidente Nilo Peçanha, por meio do decreto N° 7.566 de 23 de setembro de 1909, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices no país (SANTOS, 2003, p. 212).

potencialidades socioeconômicas existentes nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Desse modo, a expansão da RFEPT pauta-se na interiorização da educação profissional, “com o compromisso de contribuir, significativamente, para o desenvolvimento socioeconômico do País” (idem, p. 26).

O Rio Grande do Norte foi bastante beneficiado por essa expansão, pois o IFRN ampliou vigorosamente sua infraestrutura física e operacional, saindo de 02 unidades (Natal Central e Mossoró) no início dos anos 2000, passando para 15 unidades físicas ao todo, em 2012. Estão em operação atualmente 11 unidades localizadas nos municípios de Apodi, Caicó, Currais Novos, João Câmara, Ipanguaçu, Macau, Nova Cruz, Parnamirim, Pau-dos-Ferros, Santa Cruz e São Gonçalo do Amarante. Há mais duas unidades no município de Natal, uma situada na Zona Norte e o campus avançado de Cidade Alta, além do campus de Educação à Distância (situado dentro da infraestrutura do Campus Natal Central). Além destes em funcionamento, três novos campi serão implantados até o final de 2013, referentes à 3ª etapa de expansão, respectivamente, nos municípios de Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi, totalizando 19 unidades educacionais.

O processo de expansão da RFEPT apresenta-se, estrategicamente, como de importância fundamental para a educação, constituindo-se num instrumento gerador de melhores oportunidades de ensino para milhões de brasileiros nos próximos anos, em virtude do significativo padrão de qualidade que apresenta a Rede Federal. Tal assertiva é especialmente verdadeira para a população de muitas cidades interioranas, que não dispõem de sistema público ou privado de ensino deste porte, e que enfrentam processo de precarização da infraestrutura municipal e/ou estadual de ensino público. No Rio Grande do Norte, o Instituto Federal se destaca por estar no patamar, em termos de qualidade educacional, do nível alcançado pelas melhores escolas privadas.

Isto quer dizer que a educação técnica e profissional passou a representar um diferencial significativo em termos de oportunidades para milhões de jovens e trabalhadores no RN e no país. Na visão de alguns autores, como Pacheco (2010), na realidade trata-se de uma política pública progressista, a qual:

entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade (PACHECO, 2010, p. 17).

Com base neste pressuposto, a Rede Federal tem capacidade de ofertar oportunidades de ensino médio integrado e subsequente, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, e ainda poderá adequar sua infraestrutura a fim de disponibilizar “especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica” (PACHECO, 2010, p. 13). Dentre os novos objetivos da educação profissional e tecnológica citados pelo MEC (2004), vislumbra-se que esta deva “permitir ao futuro profissional desenvolver uma visão social da evolução da tecnologia, das transformações oriundas do processo de inovação e das diferentes estratégias empregadas para conciliar os imperativos econômicos às condições da sociedade”. Igualmente, busca-se permitir a estes estudantes “o desenvolvimento do senso crítico em relação ao mundo que o cerca” (MEC, 2004, p. 15), segundo os princípios de igualdade e solidariedade.

Diante do exposto, espera-se que a nova missão dada à educação profissional e tecnológica venha a permitir um melhor enraizamento ou fortalecimento de diversas atividades econômicas, pelo alcance social a novas tecnologias e inovações, podendo se tornar, entretanto, num dos mecanismos estratégicos de indução do desenvolvimento humano e socioeconômico local, territorial e, por fim, regional, quiçá permitindo, através da interiorização, uma maior capilaridade de atuação e o acolhimento de populações historicamente colocadas à margem de um sistema educacional de qualidade e de políticas de formação profissional. Lamentavelmente, em muitas localidades, tais populações foram acostumadas a conviver inclusive com degradantes índices de baixa escolaridade/analfabetismo e de renda *per capita*.

O MEC define como objetivos gerais da Política de Educação Profissional, Tecnológica e Superior:

- I. Expandir, Ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso;
- II. Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do país;
- III. Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais.

Assim, a Política de Educação Profissional, Tecnológica e Superior visa basicamente atender a três dimensões: a social, a geográfica e a do desenvolvimento. Logo, o processo de

interiorização, que está diretamente relacionado à ampliação da oferta de vagas e democratização do acesso, tem em vista fortalecer o processo de enraizamento do desenvolvimento local – capacitando muito mais pessoas em suas localidades de origem e entorno. Deste modo, os Institutos Federais “devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu *lócus*; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada” (PACHECO, 2012, p. 19). Ademais, conforme é destacado no Projeto Político Pedagógico (2012) do IFRN, portanto, a despeito do processo de interiorização:

torna-se imprescindível desenvolver estudos específicos das necessidades e das potencialidades socioeducacionais, para que se possam trazer mais elementos elucidadores da definição das ofertas de educação profissional e tecnológica no Rio Grande do Norte. Somente assim, é possível atingir abrangência equilibrada e possibilitar formações significativas que venham a contribuir para o desenvolvimento local e regional (IFRN, 2012, p. 28).

Contudo, pouco se sabe ainda em termos quantitativos e qualitativos sobre a absorção de egressos no mercado trabalho, bem como sobre os desdobramentos da interiorização no processo de desenvolvimento local. Deste modo, o processo de acompanhamento da integração de egressos ao mercado de trabalho não é algo trivial, poucas instituições ou pesquisadores realizaram estudos neste intuito e, igualmente, não se sabe que instituições de ensino procuram sistematizar esse processo. Em sua maioria os trabalhos encontrados são normalmente pontuais ou focados na avaliação de determinados cursos apenas. Em relação ao IFRN, foi encontrado apenas um estudo realizado em 2005 por ROCHA et al., a ser apresentado no tópico seguinte.

No intuito de suprir esta lacuna, deve-se considerar primeiramente que a pesquisa de acompanhamento de egressos é de fundamental importância para que a própria Instituição de Ensino possa “avaliar a eficácia da sua atuação e poder revê-la no que considerar necessário, podendo implementar políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino, de modo a atender às necessidades da sociedade” (ROCHA et al, 2005, p. 49). Deste modo, a avaliação de egressos permite, entre outros benefícios, influenciar nas diretrizes e ações estratégicas da política de desenvolvimento institucional, auxiliando sobremaneira no processo de reformulação da mesma. Tal avaliação possibilita benefícios de longo prazo por internalizar um modo de planejamento autogestionário, capaz de avançar independentemente das possíveis e eventuais críticas e gargalos a serem enfrentados durante a fase de implantação da política educacional e relacionados à adaptação institucional aos contrastes das realidades

locais.

Complementarmente, enfatiza-se que o MEC através da portaria Nº 300/2006, aprovou o documento intitulado *Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior* (SINAES), em que se estabelece a avaliação das políticas de atendimento aos estudantes como parte do Plano de Autoavaliação Institucional. Desta forma, as instituições públicas de educação passam a ser avaliadas também em suas políticas de acompanhamento de egressos e nos programas de educação continuada. Entretanto, observa-se que existem dificuldades diversas associadas à aplicação de questionários a ex-alunos para coleta de dados primários, bem como relacionadas à sistematização de processos-chave avaliativos, os quais carecem de metodologia bem definida com essa finalidade.

De modo geral, o propósito central de uma sistemática de acompanhamento e avaliação de egressos é acompanhar o desempenho da formação técnica e profissional obtida para a vida dos ex-alunos. Fundamentalmente, essa sistemática engloba outros aspectos mais contingentes, se detendo mais especificamente a analisar: i) a empregabilidade, isto é, o grau de absorção dos egressos no mercado do trabalho local; ii) a possibilidade de continuidade dos estudos ou requalificação; iii) a avaliação do nível de satisfação do curso realizado; e, por fim, iv) permitir conclusões a respeito da efetividade da implantação da política pública de educação profissional e tecnológica. Entrementes, tais objetivos superam os propósitos de artigo.

Assim, justificado o tema e delineada a sua abrangência, define-se como objetivo central deste artigo: analisar o perfil da inserção no mercado de trabalho dos ex-alunos formados no período de 2010 a 2012 nos campi do IFRN em operação. O estudo efetuado é introdutório e se ampara na apresentação dos dados na forma de análise de estatística descritiva. Mais especificamente, busca-se analisar: i) o nível de inserção no mercado de trabalho; ii) o perfil básico de inserção laboral (nível de renda, tipo de trabalho, setor de atividade econômica da organização); e, iii) captar aspectos a continuidade dos estudos (nível de escolaridade atual).

Como se percebe, a obtenção de informações primárias dos aspectos relacionados à formação recebida pelos egressos e seus desdobramentos é algo fundamental para o aprimoramento institucional. Ademais os canais de comunicação a serem estabelecidos constituem-se numa relação de mão-dupla, também uma contrapartida para sociedade na medida em que os egressos poderão exprimir sua situação. No tópico seguinte, serão apresentados alguns dentre os principais estudos que contemplam experiências de avaliação e

acompanhamento de egressos no país.

1. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE EGRESSOS

A partir de outros trabalhos, são apresentadas algumas metodologias empregadas no processo de acompanhamento e avaliação dos egressos. Ressalta-se que os esforços de avaliação de egressos das Universidades e Institutos Federais são recentes, em sua maioria datam do início dos anos 2000. Na perspectiva de situar o leitor na temática de acompanhamento de egressos, tomou-se por base as experiências e metodologias desenvolvidas em diversos estudos. Aqueles considerados relevantes nortearam a definição do questionário de coleta de dados primários.

1.1. Estudos Recentes Sobre Avaliação De Egressos

A partir de uma pesquisa de mercado destinada a empresas, Machado (2002) procurou analisar em sua dissertação se as habilitações proporcionadas aos egressos da Escola Técnica da UFRGS, em suas diversas áreas profissionais, estariam atendendo as demandas do mercado de trabalho, do próprio corpo discente e da sociedade. A partir do levantamento foram elaboradas sugestões no sentido de adequar o perfil das habilitações oferecidas às demandas de mercado. Como se observa o estudo parte da premissa de que a política educacional estaria subordinada a lógica de mercado e suas exigências.

Rocha et al. (2005) realizaram estudo sobre egressos do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN), através de perguntas relacionadas à satisfação dos egressos com o curso, satisfação com a aprendizagem na instituição e no estágio curricular, a síntese de dificuldades ocorridas durante o estágio, inserção na profissão, satisfação com as habilidades desenvolvidas e as expectativas para o futuro profissional, em termos de sua requalificação. O estudo conclui existir um quadro positivo quanto à satisfação dos egressos perante a Instituição e sua inserção profissional.

Caitano (2007), em sua monografia de graduação em administração, desenvolveu a pesquisa intitulada *A atuação dos egressos do Curso de Administração da UFSC no mercado de trabalho*. Para tal, coletou informações sobre o perfil socioeconômico, analisou as competências exigidas ao exercício da profissão, analisou o tipo de empresa e a forma de contratação, verificou a área da administração e o cargo que ocupam e, de acordo com a percepção dos mesmos buscou analisar a contribuição e adequação do curso de Administração da UFSC às exigências do mercado. O autor realizou um Estudo de Caso que contempla a

coleta de dados primários e a análise descritiva sintética do perfil socioeconômico, tipo de empresa e forma de inserção (nível hierárquico) no mercado de trabalho, cargo e área de conhecimento e competências requeridas (raciocínio lógico, crítico e analítico e a comunicação). A respeito do curso de administração da UFSC, o autor constatou que “os egressos consideram que o mesmo contribuiu na formação e está adequado a realidade do mercado de trabalho” (idem, p. 84).

MEC (2009) publicou o estudo intitulado *Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT)*, o estudo abrangeu egressos no período de 2003 a 2007 e teve como objetivo principal analisar a formação técnica ofertada pelas instituições da RFEPT segundo três aspectos centrais: i) perfil e empregabilidade dos egressos, ou seja, aspectos do processo de inserção dos egressos no mercado de trabalho; ii) avaliação da percepção dos egressos quanto à formação técnica obtida; e, iii) continuidade dos estudos ou requalificação. Este estudo alcançou bastante repercussão, pois permitiu traçar um painel amplo da situação dos egressos da RFEPT no país. Pela sua relevância, englobou 153 instituições de educação técnica e profissional, obtendo 85% de participação (ao todo 130 participaram) e 72.657 respostas de questionários pelos egressos (MEC, 2009, p. 12).

A pesquisa aponta que a “desatualização dos dados referentes aos telefones dos egressos dificultou uma maior celeridade na realização das entrevistas” e ressaltam que há “carência de procedimentos de atualização cadastral dos alunos, por parte de algumas das instituições de ensino participantes da pesquisa” (idem, p. 35). A fim de garantir a representatividade de todas as regiões na amostra foi realizado um Plano Amostral bem estruturado. Dentre os procedimentos metodológicos adotados foi feita uma análise qualitativa prévia quanto à adequação do modelo de questionário a ser empregado, foi feita a capacitação da equipe de entrevistadores e a implantação de uma infraestrutura tecnológica computadorizada de apoio à realização das entrevistas por telefone, denominada de CATI (*Computer Aided Telephone Interviewing*).

Considera-se que esta pesquisa teve como mérito criar condições de se “avaliar a percepção dos egressos em relação à formação recebida na sua trajetória de aluno nas instituições da Rede Federal de EPT” (MEC, 2009, p. 10). Segundo os autores, a empregabilidade (inserção e mobilidade no mundo do trabalho) “é garantida pela continuidade dos estudos especialmente na área técnica, onde esses jovens e adultos sempre tiveram interesse em atuar” (idem, p. 34). A requalificação dos egressos ou continuidade dos estudos está ligada muito especificamente aos bacharelados e cursos de tecnologia em nível

superior. Foi constatado um “elevado grau de satisfação em relação à atuação profissional e a avaliação da formação técnica recebida, tanto no que diz respeito à infraestrutura, ao conteúdo e à qualificação dos docentes” (idem, p. 34). Por fim, os autores ressaltam que a “localização do trabalho do egresso estabelece-se na região onde o mesmo realizou o curso técnico, o que vem reafirmar o papel que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica assume como agente articulador e promotor do desenvolvimento local e regional” (idem, p. 34). Este trabalho, em face do seu porte, passou a ser a principal referência para esta pesquisa no âmbito do IFRN.

Machado (2010) publicou a tese intitulada o Perfil do Egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O trabalho teve como objetivo central avaliar as características de identificação pessoal, situação profissional, formação acadêmica e expectativas em relação à instituição dos egressos, dos cursos gerais de graduação e pós-graduação da UFRGS. Sucintamente, conclui, dentre outros aspectos, que os egressos atribuem grande importância aos conhecimentos adquiridos no curso para o exercício da profissão, que há diferentes perfis de egressos, assim como, que a pesquisa contribui com subsídios importantes para melhoria da qualidade das políticas institucionais de ensino.

Como se observa há uma série de questões relacionadas à avaliação de egressos, bem como distintas óticas de abordagem, em especial, predomina a avaliação sob o ponto de vista da qualificação pró-mercado, isto é, como se educação estivesse subordinada a atender as exigências do mesmo. Com efeito, percebe-se a carência de estudos cujo enfoque estivesse mais bem direcionado à questão da formação técnica e profissional como instrumento capaz de formar cidadãos críticos e protagonistas de sua realidade, isto é, no sentido de avaliar a efetividade da política educacional e sua contribuição para o desenvolvimento dos indivíduos e das estruturas produtivas locais. Esta pesquisa, por ser introdutória, pauta-se em traçar uma análise do nível de empregabilidade, perfil econômico da inserção no mercado de trabalho e continuidade dos estudos, todavia, estudos futuros terão o intuito de verificar o potencial da formação no tocante ao processo de desenvolvimento local e territorial.

1.2 Instrumentos Aplicados Na Coleta De Dados Primários

O instrumento central de coleta de dados utilizado foi um questionário eletrônico elaborado a partir da plataforma Google Docs e acessível aos egressos através do portal do IFRN. A vantagem do sistema é a tabulação ou compilação automática das respostas obtidas em uma planilha Microsoft Excel. A ferramenta citada é bastante intuitiva e de fácil utilização, dando agilidade ao processo de coleta.

A partir de informações extraídas do sistema acadêmico, foram enviados convites por e-mails aos respondentes, sendo encaminhado o *link*² de acesso ao questionário. Uma dificuldade encontrada é que parte considerável dos e-mails retornou, seja por terem sido barrados na caixa de *antispam* ou estarem sobrelotados de mensagens ou em desuso. Com isso, obteve-se uma amostra de 2.463 respostas, isto é, de aproximadamente 18% da população de 13.900 ex-alunos formados no período de 2002 a 2012. A coleta de dados se deu entre março a julho de 2013. Contatou-se que a maioria dos respondentes deu um *feedback* positivo em relação à iniciativa e formato da pesquisa, deste modo, foi possível a avaliação da consistência das respostas em relação ao modo como foram estruturadas as perguntas – não havendo problemas quanto a isto.

2. ANÁLISE DE RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO DE EGRESSOS EM 2013

Conforme explicitado, a pesquisa contou com questões direcionadas a aspectos relacionados à inserção laboral e ao perfil da inserção no mercado de trabalho (renda, tipo de trabalho, setor de atividade econômica da organização), bem como relacionadas à realização do estágio profissional e a continuidade dos estudos. As questões definidas e aplicadas são apresentadas nas tabelas que compõem a análise de estatística descritiva, conforme se segue.

Quanto à inserção no mercado de trabalho, verificou-se que em média 55,2% dos egressos possuem empregos formais, desconsiderando-se a parcela que está realizando estágio ou desenvolve algum tipo de atividade autônoma/informal. Além disto, observa-se que o percentual de inseridos formalmente no mercado de trabalho cai nos municípios do em que o PIB e o salário médio pago é menor, ou seja, é menor em relação a Região Metropolitana de Natal (que inclui os egressos do campus de Parnamirim) e a cidade de Mossoró, localidades em que o percentual de egressos inseridos supera o de não inseridos no mercado de trabalho formal, conforme Tabela 1

² Formulário da pesquisa: <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/egressos-2013>

Tabela 1 – Situação em relação ao emprego formal

Município/Campus IFRN		Inserção Formal?		Total
		NÃO	SIM	
Apodi	Count	38	14	52
	% of Total	73,1%	26,9%	100,0%
Caicó	Count	20	19	39
	% of Total	51,3%	48,7%	100,0%
Currais Novos	Count	77	44	121
	% of Total	63,6%	36,4%	100,0%
Ipanguaçu	Count	51	14	65
	% of Total	78,5%	21,5%	100,0%
João Câmara	Count	23	16	39
	% of Total	59,0%	41,0%	100,0%
Macau	Count	34	24	58
	% of Total	58,6%	41,4%	100,0%
Mossoró	Count	110	189	299
	% of Total	36,8%	63,2%	100,0%
Natal (todos os campi)	Count	656	910	1566
	% of Total	41,9%	58,1%	100,0%
Nova Cruz	Count	12	5	17
	% of Total	70,6%	29,4%	100,0%
Parnamirim	Count	6	17	23
	% of Total	26,1%	73,9%	100,0%
Pau dos Ferros	Count	18	17	35
	% of Total	51,4%	48,6%	100,0%
Santa Cruz	Count	17	20	37
	% of Total	45,9%	54,1%	100,0%
Educação à Distância (EaD)	Count	41	71	112
	% of Total	36,6%	63,4%	100,0%
Total	Count	1103	1360	2463
	% of Total	44,8%	55,2%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa de campo.

Em maior nível de detalhamento, ao serem perguntados sobre as atividades atualmente desempenhadas após o término do curso, observa-se que entre àqueles que ainda não exercem atividades laborais, 24,8% continuam como estudantes apenas e 6,3% estão desocupados. Pelo fato dos egressos não conseguem uma inserção profissional imediata a pós a formação ou caso isto não seja uma opção, logicamente, tal dado permite afirmar que a obtenção de uma formação técnica e profissionalizante, por si só, não assegura a inserção profissional (imediate), podendo esta servir como uma espécie de “formação-ponte” para o nível superior ou pós-graduação, por exemplo.

Assim, é preciso considerar na definição da oferta de vagas de determinados cursos a possibilidade de escassez de postos de trabalho em determinadas áreas de formação, que pode estar associado à questão do ‘desemprego estrutural’ (escassez de postos de trabalho em determinados municípios nas áreas de formação), assim como se existem problemas relacionados à desvalorização profissional em determinada área – fator que pode induzir a desmotivação dos recém-formados e mudança de área profissional, conforme será explorado a seguir com dados complementares relacionados a este ponto.

Tabela 2 - Distribuição quanto à situação do egresso em relação ao mercado de trabalho (2013)

PERGUNTA: Qual(is) atividade(s) você desempenha atualmente após o término do curso?	Frequência	Percentual
Estou desempregado, mas continuo estudando atualmente	611	24,8
Estou empregado formalmente e continuo estudando	882	35,8
Estou empregado formalmente, mas parei os estudos	478	19,4
Estou realizando estágio profissional	31	1,3
Sou estudante e realizo estágio	161	6,5
Não possuo vínculo empregatício, exerço atividade autônoma ou informal	144	5,8
Nenhuma das opções acima, atualmente estou desempregado(a)	156	6,3
Total	2.463	100

Fonte: dados da pesquisa de campo.

Todavia, o aspecto positivo em relação à continuidade dos estudos, é que 67,1% afirmam estarem estudando atualmente.

Quanto ao perfil da inserção, constatou-se que 45,1% dos ex-alunos são servidores públicos, 42,1% possuem emprego formal no setor privado. Destaca-se que apenas 1,1% se tornaram empresários e 0,8% dos egressos trabalha como autônomo, esse dado revela um baixo percentual de pessoas envolvidas com atividades empreendedoras, portanto voltadas à

criação de negócios e empresas. Em outras palavras, a maioria procura a estabilidade no setor público, como pode ser visto na tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição de respostas segundo o setor em que a organização está vinculada

Situação do vínculo no mercado de trabalho	Frequência	Percentual
Empregado com carteira assinada	607	42,1%
Funcionário público estatutário	509	35,3%
Funcionário público celetista	141	9,8%
Autônomo/Prestador de serviços	11	0,8%
Cargo comissionado	4	0,3%
Em contrato de serviço temporário	43	3,0%
Empregado sem carteira assinada	32	2,2%
Estagiário	72	5,0%
Profissional liberal	7	0,5%
Proprietário de empresa/negócio	16	1,1%
Total	1442	100,0%

Fonte: dados da pesquisa de campo.

Quanto ao nível de remuneração bruta, 54,6% dos egressos têm renda nas faixas de até 1 salário mínimo (12,1%), acima de 1 a 2 salários mínimos (25,2%) e acima de 2 a 3 salários (17,3%), ou seja, possuem um nível de renda relativamente baixo. Nota-se que parcela significativa se aproxima da média salarial da cidade de Natal e fica abaixo desta, que é de 3,2 salários mínimos, segundo o IBGE³. O baixo nível de renda alcançado tem reflexo no sentimento de desvalorização profissional em determinadas áreas, em detrimento do nível de formação de qualidade alcançado na Instituição. Observa-se que, historicamente, a educação profissional e específica tem sido subvalorizada em relação à formação geral e acadêmica, todavia, o esforço recente de expansão visa alterar atenuar esse problema.

Tabela 4 - Distribuição de respostas quanto a renda bruta proveniente do trabalho

Faixa de rendimento bruto	Frequência	Percentual
Até 1 Salário Mínimo (R\$ 678,00)	174	12,1%
Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1.356,00)	363	25,2%
Mais de 2 a 3 Salários mínimos (até R\$ 2.034,00)	250	17,3%
Mais de 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 2.712,00)	218	15,1%
Mais de 4 a 5 salários mínimos (até R\$ 3.390,00)	148	10,3%

³ Dado extraído do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>.

Mais de 5 a 8 salários mínimos (até R\$ 5.424,00)	169	11,7%
Mais de 8 a 10 salários mínimos (até R\$ 6.780,00)	66	4,6%
Mais de 10 a 15 salários mínimos (até R\$ 10.170,00)	30	2,1%
Mais de 15 a 20 salários mínimos (até R\$ 13.560,00)	2	0,1%
Mais de 20 salários mínimos (acima de R\$ 13.560,00)	10	0,7%
Sem rendimento (atividade voluntária não remunerada)	12	0,8%
Total	1442	100,0%

Fonte: dados da pesquisa de campo.

Com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), constatou-se que a maioria dos egressos atua na área de educação (23,86%). Também se destaca a participação nos setores da Administração pública, defesa e seguridade social (12,9%), construção (10,26%), indústrias extrativas (8,11%), informação e comunicação (6,24%), atividades profissionais, científicas e técnicas (5,76%) e comércio (5,69%).

Tabela 5 - Distribuição da inserção dos egressos por setor econômico, com base na CNAE

Qual principal setor econômico da empresa/instituição?	Frequência	Percentual
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	22	1,53%
B Indústrias extrativas	117	8,11%
C Indústrias de transformação	60	4,16%
D Eletricidade e gás	56	3,88%
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	45	3,12%
F Construção	148	10,26%
G Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas	82	5,69%
H Transporte, armazenagem e correio	14	0,97%
I Alojamento e alimentação	4	0,28%
J Informação e comunicação	90	6,24%
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	19	1,32%
L Atividades imobiliárias	7	0,49%
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	83	5,76%
N Atividades administrativas e serviços complementares	48	3,33%
O Administração pública, defesa e seguridade social	186	12,90%
P Educação	344	23,86%

Q Saúde humana e serviços sociais	56	3,88%
R Artes, cultura, esporte e recreação	2	0,14%
S Outras atividades de serviços	47	3,26%
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	3	0,21%
Não sei especificar	9	0,62%
Total	1.442	100,00%

Fonte: dados da pesquisa de campo.

Em relação à contribuição da formação para melhoria da qualidade de vida, 67,9% dos egressos têm a percepção subjetiva de que a formação obtida contribui para melhoria da sua qualidade de vida. A melhora da qualidade de vida pode estar associada ao aumento da renda, a própria questão da inserção e a possibilidade da formação obtida contribuir para continuidade dos estudos. Entretanto, 28,5% dos egressos consideram que a formação foi indiferente nesse ponto.

Tabela 6 - Contribuição da formação obtida para melhoria da qualidade de vida

PERGUNTA: A formação obtida repercutiu na melhoria da sua qualidade de vida?	Frequência	Percentual
Concordo Totalmente	502	20,4%
Concordo	1.170	47,5%
Não houve diferença	701	28,5%
Discordo	54	2,2%
Discordo Totalmente	36	1,5%
Total	2.463	100,0%

Fonte: dados da pesquisa de campo.

Em relação a evolução dos estudos, boa parte dos egressos oriundos da formação profissional em nível médio já possuem graduação (25,9%), ou alguma pós-graduação, com destaque para o mestrado (5,03%).

Nível de escolaridade atual	Frequência	Percentual
Ensino Médio	1360	55,22%
Ensino Superior Completo	638	25,90%
Pós-graduação (Doutorado)	17	0,69%
Pós-graduação (Especialização)	298	12,10%
Pós-graduação (MBA)	25	1,02%
Pós-graduação (Mestrado)	124	5,03%
Pós-graduação (Pós-Doutorado - PhD)	1	0,04%
Total	2.463	100,00%

A pergunta final se propôs a obter um *feedback* da pesquisa realizada, contactou-se na

percepção dos egressos que a pesquisa é considerada como “muito importante” a “importante” para, respectivamente, 41% e 53% dos entrevistados – no total 94% aprovam a iniciativa. Os demais (5,7%) a classificaram como de pouca importância. Com isto, reforça-se que as pesquisas de acompanhamento são importantes para o processo de reformulação, implantação e avaliação da política de educação profissional e tecnológica, sucintamente, podendo contribuir para autoavaliação institucional, planejamento estratégico e redirecionamento de programas e ações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho reforça-se a hipótese de escassez de oportunidades no mercado de trabalho local em determinadas áreas de formação técnica e profissional, já que na maioria dos municípios o percentual de não-inseridos formalmente no mercado de trabalho é maior, com exceção das cidades polo (Natal e Parnamirim na RMN e Mossoró). Tal fator fragiliza, por exemplo, a consolidação do programa de estágios e egressos em determinados municípios, igualmente, poderia estar associado à ‘desvalorização profissional’ (em termos de renda) em determinadas áreas de formação, tendo em vista que a escassez de oportunidades reduz o poder de barganha salarial, mesmo daqueles profissionais com maior nível de qualificação e anos de estudo.

Igualmente, tendo em vista superar determinados gargalos estruturais da economia local, sugere-se a necessidade de uma maior convergência da política de educação profissional e tecnológica com outras políticas estruturantes, especialmente, àquelas direcionadas à geração de oportunidades de trabalho, tais como às voltadas ao empreendedorismo e cooperativismo – simultaneamente, que incluam o fomento a programas de incubação de empresas nascentes e/ou o desenvolvimento de atividades produtivas autogestionadas. Complementarmente, há necessidade de implantação com maior eficácia das políticas de investimento produtivo em arranjos produtivos e para fomento de pesquisas aplicadas – intensivas em conhecimento – voltadas à inovação de produtos, processos e serviços.

Para estudos futuros, sugere-se a necessidade de pesquisas com coleta de dados primários mais abrangentes com egressos, inclusive podendo-se explorar o lado da oferta de emprego a partir de consultas as empresas locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.* Brasília: Casa Civil, 2008.

CAITANO, Déris Oliveira. **A atuação dos egressos do Curso de Administração da UFSC no mercado de trabalho.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2007. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Adm291468>. Acesso em: 15 Ago. 2012.

IFRN. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva. Natal/RN: IFRN, 2012. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=documentos:ppp_ifrn_2012_verseo_para_consulta_publica_05mar2012.pdf> Acesso: 15 Jan. 2013.

MACHADO, Geraldo Ribas. **Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: 2010.

MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Proposta de Discussão - Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** 2004. Brasília: Ministério da Educação Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf> Acesso em: 25 Set. 2012.

MEC. Ministério da Educação. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007).** Organizadores: PATRÃO, Carla Nogueira & FERES, Marcelo Machado. Brasília: MEC, 2009.

MEC/SETEC, CONCEFET, CONDAF, CONDETUF & SINASEFE. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Pacto pela Valorização da Educação Profissional e Tecnológica:** por uma profissionalização sustentável. 2010. Brasília: Ministério da Educação Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Pacto.pdf>> Acesso em: 22 Out. 2012.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Natal/RN: IFRN, 2010.

ROCHA, Belchior de Oliveira et al. **Egressos do CEFET/RN: avaliação da formação, inserção no mundo do trabalho e perspectiva de requalificação.** Revista Holos [online], Natal/RN, v. 03, 2005. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/80/85>. Acesso em: 11 Ago. 2012.

VASCONCELOS, Natália Veloso Caldas de. **Egressos na avaliação da qualidade de um curso: o caso da engenharia de produção da UFRN.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2012.